

Atualidades/Actualities

ADMINISTRAÇÃO SANITÁRIA DAS EMERGÊNCIAS NAS CATÁSTROFES NATURAIS

Cid Guimarães*

As catástrofes naturais têm sido causa de freqüentes problemas de ordem vária que afetam a saúde das populações; além disso representam obstáculo sério ao desenvolvimento das comunidades atingidas, na medida em que consomem ponderáveis recursos financeiros para a reparação dos danos sofridos.

Pode-se dizer que não existe país que não esteja exposto ao risco de catástrofes naturais, tais como terremotos, maremotos, erupções vulcânicas, deslizamentos, furacões, vendavais e/ou inundações; as Américas têm sofrido, não poucas vezes, os efeitos desses desastres.

A análise sistemática dos efeitos das catástrofes sobre a saúde humana conduz a conclusões distintas, tanto em relação a seus efeitos diretos, como com referência às medidas que devem ser adotadas para proporcionar o socorro devido³. As diferenças entre esses desastres, do ponto de vista da saúde, dizem respeito, principalmente, aos movimentos de população, ao número de feridos, número de mortos, aumento do risco de doenças infecciosas, escassês de alimentos, entre outros. É evidente que problemas de saúde específicos são vinculados ao tipo de catástrofe: assim, enquanto que nos terremotos há grande número de feridos, com possibilidade de grande número de mortos e pequeno movimento da população, nas inundações estes movimentos são grandes e, em contrapartida, o número de feridos e de mortos é, em geral, pequeno. Relativamente à demanda de pessoas aos serviços de saúde, por exemplo, está, também, em função do tipo de desastre e varia conforme o tempo pós-evento.

Apesar disso, entretanto, as catástrofes naturais guardam entre si alguns aspectos de similitude capazes de permitir um certo padrão, tanto na administração do socorro sanitário devido, quanto ao emprego de recursos. Assim, todos os desastres apresentarão como problemas comuns: reações sociais, doenças transmissíveis, movimentos de população, exposição à intempérie e aqueles concernentes à alimentação, nutrição e saúde mental.

Em razão dos aspectos assinalados e dentro de sua estratégia geral de "Saúde para todos no ano 2.000", a OPS/OMS vem se interessando pelos problemas decorrentes da administração de serviços de saúde em casos de catástrofes, para o que tem realizado seminários, cursos e reuniões, bem como editado vários trabalhos a respeito do assunto. Relativamente aos diversos aspectos que os problemas de emergências decorrentes de catástrofes naturais envolvem, foram publicados manuais sobre administração sanitária³, controle de vetores², vigilância epidemiológica¹¹, saúde ambiental⁵, suprimento de material médico⁶, organização dos serviços de saúde⁴, emergências nutricionais⁹, resenhas de publicações, películas e diapositivos para o socorro em casos destes desastres⁷. Com relação ao preparo de pessoal, têm sido realizados seminários em várias localidades. No ano passado foi realizada em Washington, DC-EUA, de 28 de novembro a 02 de dezembro, uma "Reunião sobre o ensino de administração sanitária, após as catástrofes naturais" para diretores de Escolas e coordenadores de cursos de pós-graduação em saúde pública, quando se decidiu incluir o

* Do Departamento de Prática de Saúde Pública da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo - Av. Dr. Arnaldo, 715 - 01255 - São Paulo, SP - Brasil.

assunto como disciplina nessas Escolas. As Universidades do Chile, do Equador, do Peru e da Colômbia já promoveram ensino dessa ordem para seus estudantes, inclusive em cursos de pós-graduação.

No Brasil, com esse objetivo, a OPS/OMS fez realizar*; no último mês de setembro, seminários no Departamento de Medicina Social da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, na Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo e na Escola Nacional de Saúde Pública do Rio de Janeiro, visando a motivar e preparar seu pessoal docente. A inundação foi escolhida como tema em virtude de representar tipo de catástrofe natural comum entre nós. Nesse sentido, na Faculdade de Saúde Pública foram realizadas conferências sobre previsibilidade das chuvas e mudanças climáticas conseqüentes à ação do homem. Outros assuntos relativos a catástrofes naturais foram desenvolvidos, tais como: efeitos sobre a saúde pública, vigilância epidemiológica e controle das moléstias transmissíveis; nutrição e saúde ambiental; assistência médica; determinação das prioridades; ajuda internacional e metodologia de ensino-aprendizagem, modelo institucional.

Visto o tema adequar-se a recentes problemas ocorridos no Brasil, foram apresenta-

das conferências sobre "Inundação em Santa Catarina" e "Inundação no Vale do Ribeira".

Durante a realização do evento houve um exercício de simulação, usado como técnica de ensino-aprendizagem, e que consistiu em um "esforço para duplicar os problemas administrativos com que se afrontam as autoridades na fase pós-desastre"^{1, 8, 10}.

A administração sanitária de serviços de saúde em casos de catástrofes naturais foi considerada como assunto altamente válido para ser assumido por escolas de saúde pública, principalmente em virtude de seu caráter multidisciplinar.

Relativamente à abrangência do evento, pensa-se que seus limites podem e devem ser alargados visando a incluir, também, os desastres não naturais, aí entendidas as catástrofes aéreas, incêndios, desabamentos, além de outros.

Os resultados do seminário foram positivos, na medida em que se espera que informações transmitidas se constituam em um núcleo inicial de conhecimentos, que os interessados poderão aprofundar, a fim de que se tornem agentes multiplicadores do assunto. Poder-se-á, dessa forma, desenvolver um grupo multidisciplinar voltado para a elaboração de estudos e planos de assistência às populações assoladas por catástrofes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. NUNES, F.E. Notas para un manual sobre preparacion para simulaciones relativas a la gestion en casos de desastre. Washington, D.C., Organizacion Panamericana de la Salud, s.d. [Publicado em *Disasters*, 7(1) 1983]
2. ORGANIZACION PANAMERICANA DE LA SALUD. *Control de vectores con posterioridad a los desastres naturales*. 2ª ed. Washington, D.C., 1983. (OPAS - Publ. cient., 419).
3. ORGANIZACION PANAMERICANA DE LA SALUD. *Guia para la administracion sanitaria de emergencia con posterioridad a los desastres naturales*. 2ª ed. Washington, D.C., 1983. (OPAS - Publ. cient. 407).
4. ORGANIZACION PANAMERICANA DE LA SALUD. *Organización de los Servicios de salud para situaciones de desastre*. Washington, D.C., 1983. (OPAS - Publ. cient., 443).

* Colaboraram no evento, os seguintes consultores da OPS/OMS: Dr. Miguel Gueri, Consultor Subregional em Preparação para Emergências, Lima-Peru; Dr. Enrique E. Rozenblat, Buenos Aires - Argentina; e Sra. Ellen Wasserman, do Programa de Preparação para Casos de Desastres da OPS/OMS - Washington-EUA.

5. ORGANIZACION PANAMERICANA DE LA SALUD. *Salud ambiental con posterioridad a los desastres naturales*. 2ª ed. Washington, D.C., 1983. (OPAS - Publ. cient., 430).
6. ORGANIZACION PANAMERICANA DE LA SALUD. *Suministros medicos con posterioridad a los desastres naturales*. Washington, D.C., 1983. (OPAS - Publ. cient., 438).
7. ORGANIZACION PANAMERICANA DE LA SALUD. *Reseñas seleccionadas de publicaciones, películas y diapositivos*. 2ª ed. Washington, D.C., s.d. (Serie Preparativos para Desastres).
8. ROSENBLAT, E.E. El diseño instruccional. [s. n. t.] (Adiestramiento de los Recursos Humanos para la Planificación y Coordinación del Socorro en Situaciones de Emergencia).
9. VILLE de GOYET, C. de et al. *El manejo de las emergencias nutricionales en grandes poblaciones*. Washington, D.C., Organización Panamericana de la Salud, 1983. (OPAS - Publ. cient., 444).
10. WASSERMAN, E. Simulaciones como medio de adiestramiento en preparativos para casos de desastre. Washington, D.C., Organización Panamericana de la Salud, s. d. [Publicado em *Disasters*, 7(1), 1983]
11. WESTERN, K.A. *Vigilancia epidemiológica con posterioridad a los desastres naturales*. Washington, D.C. Organización Panamericana de la Salud, 1982. (OPAS - Publ. cient., 420).

*Recebido para publicação em 30/10/1984.
Aprovado para publicação em 05/11/1984.*